

EDUCAÇÃO SEXUAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA
SEXUAL EDUCATION AND HEALTH PROMOTION AT SCHOOL

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-12

Francisco Wagner Freitas Ferreira ¹**RESUMO**

A sexualidade é reconhecida como uma questão de saúde pública, e a escola é amplamente considerada um ambiente privilegiado para a implementação de programas voltados para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens. Este estudo se propõe a investigar as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional na abordagem da sexualidade e temas relacionados, bem como a compreender o papel da família nesse processo. A metodologia empregada consiste em uma pesquisa bibliográfica, fundamentada nos principais autores da área, dentre eles: Silva & Salles,(2002), Altmann, (2001). Os resultados destacam que, apesar de existirem argumentos contrários à inclusão da educação sexual e da promoção da saúde nas escolas, é fundamental reconhecer a importância desses temas para a saúde e segurança dos jovens. Priorizando a educação sexual e a promoção da saúde, as instituições de ensino podem contribuir significativamente para a criação de um ambiente mais seguro e solidário para todos os alunos. Nesse sentido, a integração de abordagens sensíveis e abrangentes sobre sexualidade no currículo escolar pode proporcionar aos jovens não apenas informações relevantes, mas também habilidades para tomar decisões saudáveis e assertivas em relação à sua vida sexual e reprodutiva. Além disso, o envolvimento e apoio da família são fundamentais para complementar e fortalecer essa educação, criando um ambiente de diálogo e suporte emocional em casa e na escola. Assim, investir na educação sexual nas escolas não apenas promove a saúde física e mental dos jovens, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e empoderados em relação à sua sexualidade e bem-estar geral.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Adolescência; Educação sexual.**ABSTRACT**

The sexuality is recognized as a public health issue, and schools are widely considered a privileged environment for implementing programs aimed at promoting the sexual and reproductive health of adolescents and young people. This study aims to investigate the difficulties faced by the educational system in addressing sexuality and related topics, as well as to understand the role of the family in this process. The methodology employed consists of a bibliographic research, grounded in the work of key authors in the field, including Silva & Salles (2002), and Altmann (2001). The results highlight that, despite the existence of arguments against the inclusion of sexual education and health promotion in schools, it is essential to recognize the importance of these topics for the health and safety of young people. By prioritizing sexual education and health promotion, educational institutions can significantly contribute to creating a safer and more supportive environment for all students. In this sense, the integration of sensitive and comprehensive approaches to sexuality in the school curriculum can provide young people with not only relevant information but also skills to make healthy and assertive decisions regarding their sexual and reproductive lives. Furthermore, the involvement and support of the family are essential to complement and strengthen this education, creating an environment of dialogue and emotional support at home and at school. Thus, investing in sexual education in schools not only promotes the physical and mental health of young people but also contributes to the formation of citizens who are more aware, responsible, and empowered regarding their sexuality and overall well-being.

KEYWORDS: Sexuality; Adolescence; Sexual education

¹ Graduação em Ciências Biológicas. Licenciado em Educação Física. Especialista em Microbiologia com experiência na área de Microbiologia, com ênfase em Biologia e Fisiologia dos Microrganismos. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2611653251850579

INTRODUÇÃO

A expressão sexualidade passou a existir a partir do século XIX como marco de individualidade, permitindo acesso à vida do corpo e à vida da espécie. Em uma nova concepção, a sexualidade passa a ser considerada um aspecto intrínseco ao ser humano, o que há de mais íntimo nos indivíduos e aquilo que os reúne globalmente como espécie humana (ALTMANN, 2001).

Ao ensinar sobre saúde física, emocional e mental, a educação sexual abrangente pode melhorar o bem-estar geral dos alunos. A educação sexual abrangente pode ensinar aos jovens relacionamentos saudáveis, autoestima e habilidades de tomada de decisão.

Sabe-se que durante décadas, a sexualidade foi tratada como um tabu, um assunto de pouca relevância voltada apenas para um único e exclusivo intuito: a reprodução. Ela era totalmente ignorada, tanto pelos familiares quanto pela escola. Para alguns, falar sobre sexo dentro de uma sala de aula era estimular a atividade sexual das crianças e adolescentes. Estes, por sua vez, também não se manifestavam sobre o assunto. Por não se discutir de forma alguma a sexualidade, acreditava-se que o conhecimento viria de forma natural, respondendo todas as dúvidas e incertezas possíveis do indivíduo (AZEVEDO et al, 2001).

A história da educação sexual é contemporânea e foi protagonizada por diversos segmentos sociais tais como: a Igreja Católica, classes políticas, pais, professores e escolas, movimentos de grupos que de alguma maneira adotou a sexualidade como tema de intervenção (Rodrigues & Fontes, 2002).

A falta de educação sexual abrangente pode levar a resultados negativos para a saúde, como infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidezes indesejadas. A educação sexual abrangente pode reduzir essas taxas, fornecendo informações precisas sobre práticas sexuais seguras, contracepção e

prevenção de DSTs. Além disso, uma educação sexual abrangente pode ensinar os jovens a reconhecer e evitar comportamentos de risco. (ALTMANN, 2001).

A educação sexual na década de 20 caracterizou-se por expor reivindicações de proteção à infância e a maternidade (Silva & Salles, 2002). Nas décadas de 30 a 50, ela foi marcada pela inexistência de ações preventivas e educativas relacionadas à orientação sexual, fato este devido à rígida influência da Igreja Católica em manter sigilo e repressão ao tema (Sayão, 1997). Na década de 60, as escolas públicas e particulares incorporaram o discurso dos movimentos sociais que se colocavam a favor da orientação sexual desenvolvendo diversos programas dentro do espaço escolar (SILVA & SALLES, 2002).

Assim, a partir da década de 70, o tema foi inserido nos currículos escolares por ser considerado de extrema importância para a formação global de um indivíduo (Brasil, 1998). Com a liberação da censura, a influência de movimentos feministas e as mudanças de comportamento levaram a um aumento pelo interesse no tema educação sexual (SILVA & SALLES, 2002).

Nesse contexto, a educação sexual foi percebida como necessária também por fatores como o aumento considerável desde a década de 80 de DST/ AIDS e da gravidez na adolescência. No início da década de 90, quando nosso país passava por uma fase de transição e mudanças comportamentais, frente aos crescentes números de casos de DST/ AIDS, os órgãos oficiais, tais como o Ministério Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual (BRASIL, 2007).

A partir de 1995, programas de orientação sexual começaram a ser implantados nas escolas, orientados pelos documentos denominados de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Ministério da Educação com apoio de diversos especialistas, sendo de grande importância para a inclusão dos conteúdos sexualidade e saúde reprodutiva (Perocarri et al, 2005).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um projeto de orientação sexual deverá abranger a multi e interdisciplinaridade e deverá contemplar a sexualidade em todas as suas dimensões sejam elas: biológica, psíquica, política e sociocultural (SILVA & SALLES, 2002).

Inicialmente, acreditava-se que as questões referentes à orientação sexual quando abordadas no âmbito escolar, seriam repugnadas pelas famílias mais tradicionais, mas sabe-se que atualmente os pais apóiam tais iniciativas por reconhecer a importância do tema e por eles próprios apresentarem dificuldades em falar sobre esses assuntos com seus filhos (Brasil, 1998).

Tais dificuldades estão relacionadas ao fato de que as pessoas não associam a sexualidade como algo inerente à vida, à saúde, algo natural e instintivo (ALMEIDA et al, 2005).

O tema sexualidade também é pertinente à esfera pública, fundamentalmente por se constituir em um problema de saúde pública (Carvalho et al, 2005), uma vez que o jovem é a parcela da população que está mais susceptível e vulnerável à gravidez indesejada ou precoce, à violência sexual, ao aborto, às doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS (CARVALHO & PELLOSO, 2004).

Deste modo, identificada como fator significativo e estruturador na formação da identidade do adolescente (Romero et al, 2007), a adolescência é uma fase da vida na qual a personalidade está em processo final de estruturação, assim, o jovem passa a adquirir características essenciais para o seu próprio desenvolvimento psíquico e social tais como: a busca da identidade, da independência, da auto-estima, juízo crítico, busca de um projeto de vida, afetividade, sexualidade e educação (Faustini et al, 2003). Ocorrerá nela a consolidação da própria identidade, das identidades de sexo e gênero, da condição de elaborar sua relação como fenômeno de diferença, embora tenha sua expressão mais visível na sexualidade (Pinto,1999).

Além disso, é essencial que os adolescentes percebam o contexto sócio cultural em que estão inseridos para que na prática entendam, discutam e aprendam a respeitar a diversidade e conquistem a possibilidade de questionar e construir suas próprias atitudes de maneira consciente e comprometida (GREGORI & ARILHA APUD CARVALHO & PELLOSO, 2004).

Neste contexto, a escola junto com a família desempenha um papel de agente transmissor de valores sociais (Baleeiro et al, 1999). A relação escola família pode e deve exercer um papel de importância fundamental nas discussões pertinentes à sexualidade, tema este que até então era proibido, ou discutido de maneira velada. Além de propiciar discussões de temas polêmicos, cabe à escola atuar na promoção da saúde, uma vez que essas podem se concretizar em ações preventivas (CARVALHO & PELLOSO, 2004).

Para que isto ocorra, talvez o primeiro procedimento a ser tomado seja reconhecer a criança e o adolescente como ser sexuado embora a sexualidade não deva ser encarada como sinônimo de sexo ou atividade sexual, mas, sim, como fator integrante ao processo de desenvolvimento da personalidade (SAITO & LEAI, 2000).

A educação sexual e a promoção da saúde são essenciais para garantir o bem-estar físico e emocional dos jovens. Apesar disso, muitas escolas ainda não priorizam esses temas em seus currículos. Neste artigo, examinaremos as razões pelas quais a educação sexual e a promoção da saúde devem ser priorizadas nas escolas. Exploraremos como esses tópicos podem promover relacionamentos saudáveis, prevenir gravidezes indesejadas e infecções sexualmente transmissíveis e promover a inclusão. Além disso, abordaremos alguns dos contra-argumentos contra a educação sexual e a promoção da saúde nas escolas. Ao final deste ensaio, esperamos convencer os leitores de que estes temas são essenciais para a saúde e segurança dos jovens.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Atualmente, nosso país passa por um momento no qual vem sendo atribuída grande importância à saúde de adolescentes e jovens, o que engloba, decisivamente, a área da educação. Tal fato provavelmente está relacionado a indicadores epidemiológicos que apontam situações que solicitem um maior investimento, tanto em planejamento, quanto em cumprimento de ações voltadas para os adolescentes e jovens (CATHARINO, 2006).

Com relação à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes no Brasil, o parto representa a primeira causa de internação no sistema público de saúde de meninas entre 15 a 19 anos (Ministério da Saúde – SIH/SUS, 1996). Estimase que ocorram no país de 1 a 1,2 milhão de abortamentos ao ano, que constituem a 5ª causa de internação na rede do SUS e são responsáveis por 9% das mortes maternas e 25% das esterilidades por causa tubária (Programa Saúde da Mulher/Ministério da Saúde, 1999.) Com relação aos métodos anticoncepcionais, o percentual de utilização desses métodos entre jovens é bastante reduzido: apenas 14% das jovens de 15 a 19 anos usam algum tipo de método, enquanto que entre as de 20 e 24 anos o percentual é de 42% (Dados do Demography Health Survey – DHS/96; FNUAP – Brasil.) Já o crescimento da incidência de AIDS entre os jovens vem sendo sublinhado por diferentes estudos.

Os estudos epidemiológicos existentes avaliam que vários portadores de AIDS adquiriram a doença durante a adolescência, sendo a relação sexual a principal via de contaminação (Ministério da Saúde, 1994). Dados nacionais de 1996 informam que, entre os jovens contaminados, cerca de 1/3 tinha entre 15 e 17 anos e 2/3, 18 ou 19 anos sendo que a maior causa de contaminação entre os jovens tem sido a relação heterossexual (CNPD, 1997) (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1999). De acordo com Institute Alan Guttmacher (1998), 50% das novas

infecções pelo HIV no mundo estão ocorrendo em pessoas de 10 a 24 anos. A cada minuto, cinco jovens se contaminam com o HIV, o que representa um total de 7 mil contágios diários e mais de 2,6 milhões ao ano (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1999).

Os dados apresentados justificam a necessidade da realização de estudos para verificar o grau de conhecimentos dos adolescentes e jovens relacionados às questões sexuais. Os altos índices de gravidez na 10 adolescência, aborto e níveis crescentes de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente em adolescentes mulheres, corroboram com a informação de que a orientação sexual praticada pela família ou pela escola está falha ou inexistente e, portanto, constitui importante tema de discussão, tornando-se clara a necessidade de haver intervenções no cotidiano escolar (Rodrigues & Fontes, 2002).

Neste sentido, considera-se que tratar e discutir sobre a sexualidade durante a adolescência é fundamental, especialmente porque isso pode oferecer respostas aos questionamentos e às inquietações emocionais e cognitivas que acompanham a transformação biológica que ocorre no corpo do adolescente, ainda mais porque tais transformações estão emparelhadas com a mudança nas relações sociais (Gregori & Arilha apud Carvalho & Pelloso, 2004). Por ser a adolescência um período da vida em que a personalidade está em um intenso processo de estruturação, nesta conjuntura, a sexualidade pode ser considerada um importante fator que contribui na formação da identidade do adolescente (GOMES et al, 2002).

Segundo Carvalho (2001), as ideias e conceitos que os adolescentes têm de sua própria sexualidade, fazem com que eles elaborem perguntas simples que possibilitam a ampliação de seus conceitos e ou esclarecimentos de suas verdades. Esses conhecimentos produzidos, na maioria das vezes através do que assimilaram dos colegas, revistas e até mesmo da mídia,

podem estimular o desejo de desmistificar e organizar essa gama de informações esparsas.

Sabe-se que as informações referentes aos aspectos de crescimento e de desenvolvimento psicossocial e sexual, imprescindíveis para a formação da identidade dos jovens, não os têm alcançado de forma ampla e adequada, ocasionando altos índices de desinformação, o que é um antagonismo com o amplo desenvolvimento sociocultural e tecnológico nas últimas décadas (GOMES et al, 2002).

Uma possível explicação para esse fato pode estar associada às mudanças drásticas relacionadas a questões da sexualidade na atualidade. No atual contexto, os pais e os educadores podem não se sentir capacitados para abordar tais questões tão atuais e polêmicas. Para os pais, o fato de terem que se defrontar com sua própria sexualidade pode gerar situações de angústia ocasionadas por momentos reprimidos em formação da sua identidade sexual (Cano & Ferriani, 2000). Com relação aos educadores, uma explicação seria a carência de informações e de uma formação adequada para trabalhar conhecimentos relativos à afetividade e a sexualidade (Sayão, 1997). Afinal, observa-se que apesar da relevância da sexualidade para a plena formação do adolescente, poucos são os estudos no Brasil acerca disso, e, na prática, nem todos os educadores estão habituados ou capacitados a tratar da questão (ROMERO et al, 2007).

Com a omissão dos pais e dos educadores em relação à sexualidade, cresce a preocupação com fatores de grande importância que podem influenciar de modo adverso a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, agindo de forma danosa no seu processo de crescimento e desenvolvimento naturais. Nessa perspectiva, as discussões temáticas sobre sexualidade poderão ganhar novos rumos promovendo reflexões e decisões relevantes que desencadearão comportamentos sexuais saudáveis e responsáveis pelos jovens e adolescentes.

De acordo com Barroso e Bruschini (1991), o

diálogo familiar influenciará de modo determinante na educação sexual dos filhos, fato este devido à forma rígida e estereotipada que ainda propõem a nossa sociedade para os papéis sexuais. No entanto, tais padrões comportamentais começam a ser protestados pelos jovens, e a partir disso, as escolas passam a discutir as questões de sexualidade de forma mais aberta e problematizadora cabendo a ela o papel de efetuar uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a busca pela saúde sexual e reprodutiva consciente (ALTMANN, 2001).

Ao desenvolver trabalhos com adolescentes relacionados à sexualidade, é imprescindível que o educador respeite a realidade de cada um, e não enfatize somente o que considere necessário para eles ou o que acredite seja o que gostariam de saber. Essa abordagem construtivista permite ao adolescente se sentir como sujeito participativo nos processos de ensino aprendizagem possibilitando uma maior abertura entre ele e o educador para sanar suas frequentes dúvidas (ALVES et al, 2004).

Uma pesquisa desenvolvida em uma cidade da zona norte do Rio de Janeiro confirma que os jovens demonstraram total interesse em discutir temas relacionados à sexualidade e revelaram que acreditam nas ações educativas promovidas pela escola e que esta é vista por eles como espaço de liberdade, nas quais tabus e mitos podem ser desmistificados. Esta confiança deve ser valorizada por parte de pais e principalmente educadores, uma vez que pode servir como um impulso para revigorar nossa educação (CATHARINO, 2006).

Em uma reportagem divulgada pela Revista Nova Escola em junho de 1994, através de uma pesquisa realizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), ficou confirmado que os jovens esperam receber da escola algum tipo de informação sobre sexualidade e formas de prevenção da AIDS (Silva & Salles, 2002). De acordo com esses adolescentes, a escola foi eleita local ideal para inserir a

educação sexual por possuir uma estrutura adequada para oferecer um melhor aprendizado favorecendo as relações sociais que influenciam direta ou indiretamente o indivíduo (CATHARINO, 2006).

Em outra pesquisa realizada entre professores, pais e alunos de 7ª série do ensino fundamental e de 1ª série do 2º grau em nove escolas brasileiras, os alunos afirmam receber informações suficientes para que se previnam contra DST/AIDS como ilustra o depoimento de um aluno avaliado: “Falta de informação não... Passa direto na televisão.

Todo mundo, todo professor aborda o assunto” (aluno/IG) (Gomes et al, 2005). Ainda sobre informações transmitidas acerca da transmissão HIV/AIDS, depoimentos de alunos revelaram que de alguma forma, ocorre assimilação por parte deles de informações divulgadas pelas campanhas preventivas como sugere em outro depoimento: “... a Aids não escolhe pessoas, escolhe a pessoa que não se cuidou, que não usou preservativo” (aluno/JF) (Gomes et al, 2005). Segundo Barros (2001) e Fernandes (1998), a mídia apresenta-se como um importante meio de veiculação de informações com relação à transmissão das DST/AIDS, mas erra em outros aspectos. Em suas diversas demonstrações, a mídia adquire relevante papel ajudando a moldar visões e comportamentos (BRASIL, 1998).

Por ser um importante meio de informação, ela veicula conteúdos eróticos que servirão de estímulo sexuais para as crianças e adolescentes, conteúdos moralistas e preconceituosos, mas, além disso, também veicula campanhas educativas e preventivas podendo gerar mensagens controversas que produzam conceitos e explicações tanto certas quanto errôneas e fantasiosos (BRASIL, 2007).

Em geral, a mídia através de sua exploração comercial e propagandas têm provocado efeitos contraditórios ao utilizar abusivamente da sexualidade, atribuindo valores discutíveis e a transformando em objeto de consumo (Brasil, 1998).

Assim, a orientação sexual proposta pela escola deve abordar a influência exercida pela mídia através da veiculação de suas mensagens bem como as informações

provindas da família e de outros meios utilizados pelas crianças e adolescentes. A escola, ao trabalhar informações atualizadas e explicitar os múltiplos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais vivenciados pela sociedade, possibilitará ao seu aluno desempenhar atitude consciente com os seus próprios valores (BRASIL, 1998).

Enfatizando outro assunto referente à sexualidade, um estudo realizado com adolescentes de 15 a 19 anos de idade, matriculados em uma unidade de Saúde da Família em um município de São Paulo, sujeitos que dispunham de uma ampla rede para se obter informações relacionadas à sexualidade, demonstra que os próprios adolescentes relataram que os diálogos e as elucidações sobre sexo aconteciam com maior frequência entre amigos ou um membro da família como tios e tias, primos e primas, embora ressaltassem que dúvidas sobre prevenção de gravidez eram questionadas com seus próprios pais, em especial a mãe. Essa informação evidencia que o pai é pouco participativo nas conversas sobre sexualidade. Com relação as dúvidas pertinentes a buscar informações por outras fontes (GOMES ET AL, 2005).

O caminho a ser tomado para quebrar o silêncio, o tabu, o mito e a vergonha de se falar sobre sexualidade entre pais, filhos e educadores está em uma postura livre de preconceitos que aceite o outro como pessoa de forma integral e que entenda a suas necessidades e que o ajude a vencer suas dificuldades (ALMEIDA ET AL, 2005).

O propósito da educação sexual deve conter fundamentalmente o sentimento de liberdade, responsabilidade e compromisso, tendo a informação como instrumento de trabalho para que os próprios adolescentes possam ponderar suas decisões e optar por escolhas adequadas e conscientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual promove relacionamentos saudáveis. Num relacionamento saudável, ambos os parceiros devem sentir-se respeitados, valorizados e seguros. A educação sexual pode ajudar os alunos a

compreender a importância do consentimento, das habilidades de comunicação saudáveis e dos limites. Ao aprender sobre esses tópicos, os alunos podem desenvolver as habilidades necessárias para criar relacionamentos saudáveis e gratificantes. Por exemplo, os alunos podem aprender sobre a importância de uma comunicação clara quando se trata de consentimento sexual. Eles também podem aprender como estabelecer limites e respeitar os limites dos outros. Ao dar prioridade à educação sexual nas escolas, podemos ajudar os jovens a desenvolver as competências de que necessitam para criar relacionamentos saudáveis ao longo da vida.

A educação sexual deve ser responsabilidade dos pais e não das escolas. Embora seja verdade que os pais têm o direito de decidir o que os seus filhos aprendem, também é importante reconhecer que nem todos os pais têm os recursos ou conhecimentos para fornecer uma educação sexual abrangente. Além disso, as escolas têm a responsabilidade de promover a saúde e o bem-estar dos seus alunos. Ao promover a educação sexual, as escolas podem ajudar a garantir que todos os alunos tenham acesso a informações precisas e confiáveis.

A educação sexual pode prevenir gravidez indesejadas e infecções sexualmente transmissíveis. A educação sexual pode ajudar os alunos a compreender a importância da contraceção e das práticas sexuais seguras. Além disso, os alunos podem aprender sobre os riscos associados ao sexo desprotegido e a importância de testes regulares de DST. Ao fornecer educação sexual abrangente, as escolas podem ajudar os alunos a tomar decisões informadas sobre a sua saúde sexual.

Embora seja verdade que algumas famílias podem ter valores tradicionais que entram em conflito com determinados tópicos, também é importante reconhecer que a educação sexual pode ser ensinada de uma forma que respeite estes valores. Além disso, é importante reconhecer que as escolas têm a responsabilidade de promover a saúde e o bem-estar de todos os alunos, independentemente das crenças das suas famílias. Ao fornecer educação sexual abrangente, as escolas podem ajudar a garantir que todos os alunos tenham acesso a

informações precisas e confiáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Djanira Soares; COSTA, Raphaela Leoni; SILVA, Taís Mateus. **Chega de tabu! A sexualidade sem medo e sem cortes.** Disponível em: <www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%201/chegadetabu.pdf> Acesso em : 15 dezembro 2023.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Rev. Estud. Fem. Florianópolis**, v. 9, n. 2, p 575-585, 2001. Disponível em: . Acesso em: 15 dezembro 2023.

ALVES, Maria de Fátima Paz; SILVA, Macilene Severina; SILVA, Marcelo Rodrigues. Sexualidade e Adolescência: **É Preciso Vencer os Tabus.** Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <www.ufmg.br/congrent/Educa/Educa169.pdf>. Acesso em: 14 dezembro 2023.

AZEVEDO, Maria; MOREIRA, José Augusto; CONFORTO, Maria Thereza. **Educação Sexual ou Orientação Sexual?** Disponível em: Acesso em: 15 dezembro 2023.

BALEIRO, Maria Clarice, et al. **Sexualidade do Adolescente: fundamentos para uma ação educativa.** Salvador: Fundação Odebrecht; Secretaria de Estado da Educação e Secretaria da Saúde de Minas Gerais, 1999.

BARROS, Teodoro, et al. Un modelo de prevención primaria de las enfermedades de transmisión sexual y del VIH/ sida en adolescentes. **Rev Panam Salud Pública, Panamá**, v.10, n. 2, 2001. p. 86-94. Disponível em: <<http://demo.scielo.bvsalud.org/pdf/rpsp/v10n2/5861.pdf>> Acesso em: 15 dezembro 2023.

CATHARINO, Tânia Ribeiro. Gênero e sexualidade no espaço escolar: uma proposta de educação e saúde. **Revista Ártemis**, Rio de Janeiro, n. 5, 2006.

CARVALHO, Maria Dalva; PELLOSO, Sandra Marisa. Discutindo a sexualidade o que os adolescentes querem saber. **Revista Apadec, Maringá**, v. 8 (supl). 2004. Disponível em: . Acesso em: 14 fevereiro 2023.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. **Educação sexual na escola.** Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo , São Paulo, v. 22, n. 1, 2000. p. 44-48. Disponível em: <<http://www.pediatriasaopaulo.usp.br/upload/pdf/451.pdf>> Acesso em: 06 novembro 2023.

SILVA, Adriana Cândido; SALLES, Leila Maria Ferreira. A orientação sexual na revista **Nova Escola. Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 10, n. 18/19, 2002. p. 15-23. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/PESQUISA/BBEONLINE/det.asp?cod=60060&type=P>> Acesso em: 27 novembro 2008.